



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA**

MINUTA TEMÁTICA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

**AGROECOLOGIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA
ALIMENTAR**

GRUPO DE TRABALHO MEIO AMBIENTE – (GT -8)

RECIFE

2021

AUTORES/AS

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

Departamento de Ciências Sociais

ANA PAULA MONTEIRO TENÓRIO

Departamento de Medicina Veterinária

ANÍSIO FRANCISCO SOARES

Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal

FELIPE ORLANDO CENTENO GONZÁLEZ

Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho

JOÃO GILBERTO DE FARIAS SILVA

Departamento de Ciências Sociais

JULIANA PINHEIRO DADALTO

Departamento de Engenharia Agrícola

KEYLA LAURA DE LIRA DOS SANTOS

Unidade Acadêmica de Serra Talhada

LÚCIO ESMERALDO HONÓRIO DE MELO

Departamento de Medicina Veterinária

MATEUS VITÓRIA MEDEIROS

Departamento de Pesca e Aquicultura

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção da agroecologia e da soberania alimentar garantem o fortalecimento da agricultura familiar e a superação de problemas estruturais da sociedade brasileira e em particular do Nordeste e de Pernambuco.

Vivenciamos uma crise ecológica provocada pelo modelo de produção industrial e da agricultura intensiva praticada. As marcas dessa crise podem ser sentidas nas mudanças climáticas, na degradação dos solos e na perda de biodiversidade, também no esgotamento e poluição de recursos hídricos, no alcance do pico de extração de petróleo e de outros minerais, nas novas formas de extrativismo e apropriação sobre os territórios e as pessoas com as energias renováveis. Parte integrante desta crise é o aprofundamento das distintas formas de desigualdades sociais e econômicas - as de gênero, classe e raça, à medida que aumenta a população pobre e neste segmento prevalecem as mulheres, especialmente as negras, e são atingidas por maiores restrições sócio ambientais.

A agricultura familiar camponesa, aqui definida como o segmento da sociedade em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho (ABRAMOVAY, 1997) resulta de indivíduos que mantêm entre si laços de descendência, consanguinidade e afinidade e do compadrio e têm modos de vida próprios, herdados dos seus antepassados.

A agricultura familiar e camponesa apresenta grande diversidade interna e habita os espaços rurais. Conforme a lei nº 11.326/2006 são agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. No Brasil, há mais de 215 povos indígenas e mais de 3.400 comunidades quilombolas que habitam em todas as regiões do país e fazem uso comum da terra. Apesar da sua importância, os direitos territoriais dessas populações estão sob forte ameaça, como se pode ver nas denúncias de violações e ameaças.

A produção agropecuária de natureza familiar e camponesa, assim como a dos povos originários e tradicionais, têm uma base material e espiritual, está situada numa rede de conhecimentos tradicionais e detém um patrimônio genético associado às referências culturais próprias dos seus territórios. A agricultura familiar, além de ser a principal fonte

de alimento, é responsável pela conservação dos recursos naturais e da agro biodiversidade (FORTINI, 2020).

O Censo Agropecuário de 2017, computou 5 milhões e 73 mil estabelecimentos, dentre os quais 3 milhões 897 mil são da agricultura familiar, o que equivale a 77% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em Pernambuco contabilizam-se 232 mil estabelecimentos da agricultura familiar.

O setor é responsável por 67% das pessoas ocupadas nas áreas rurais no Brasil, a maior parte delas na região Nordeste com um percentual equivalente a 46,6% e em regiões como o semiárido pernambucano chega a representar 79% dos estabelecimentos.

Apesar dessa importância, o setor ocupa apenas 23% das áreas dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Pernambuco é o estado que concentra a maior área ocupada pela agricultura familiar.

A Agricultura familiar (AF) gera 107 bilhões de reais na agropecuária, o que equivale a 23% da produção agropecuária brasileira. Apesar da concentração da agricultura familiar no Nordeste, a região perde espaço para a região sul e norte do país no valor da produção agropecuária.

Os estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres no Brasil representavam, em 2017, 19,7% e a região nordeste apresentava o maior percentual com 24,3%. Segundo cor e raça, as mulheres negras dirigem 62% dos estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres e é, também, na Região Nordeste em que se encontra o maior percentual de estabelecimentos dirigidos por mulheres negras com 85%.

Os agricultores e agricultoras familiares estão envelhecendo e seus filhos seguindo outras atividades fora da propriedade, daí porque é necessário desenvolver ações que incentivem a atividade agrícola e a melhoria da qualidade de vida, para garantir a permanência da juventude no campo.

Os efeitos da crise ecológica e do padrão de acumulação capitalista presente nos sistemas agroalimentares globais têm limitado também outros direitos básicos, incluindo aí o direito humano à alimentação. O acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar, é um direito de todos (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Este direito vem sendo afirmado a partir da noção

de soberania alimentar, uma formulação oriunda dos movimentos sociais, e definida pela Via Campesina Internacional, como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão.

A soberania alimentar é um conceito que pretende construir uma alternativa orientadora de novas relações de produção e consumo, em contraposição às políticas neoliberais promovidas por intuições financeiras e transnacionais. Pretende ser também o eixo articulador entre campo e cidade, o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e nos povos originários e tradicionais, a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade.

A soberania alimentar deve garantir a liberdade individual e social, possibilitando ao indivíduo seu relacionamento, da forma mais justa, digna e autossustentável com a natureza. A alimentação, para além de necessidade básica, é um ato político, de força, determinação e sobrevivência. O ser humano, ao longo de sua evolução, desenvolveu uma intrincada relação com o processo alimentar, transformando-o em um rico ritual de criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e com a própria natureza, permeado pelas características culturais de cada agrupamento humano. (VALENTE, 2002)

As chagas sociais brasileiras oriundas da grande desigualdade é um tema debatido pelo mundo afora desde muito tempo, atualmente este abismo social vem se mostrando cada vez mais insustentável e necessita de soluções urgentes, mas por muitas vezes o Estado ataca a consequência e não a causa dos problemas, este mesmo fenômeno acontece com a fome, por isso se torna cada dia mais difícil sanar o problema real (GOMES JÚNIOR, 2007)

Nos últimos anos registra-se um aumento da insegurança alimentar e nutricional e da pobreza. Trata-se de um problema mundial com forte presença em nosso país. Recentes dados publicados pela FAO (2020) indicam que o compromisso para superar a fome até 2030, que fora firmado no ambiente dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável ODS,

estão comprometidos, se permanecer a tendência atual da insegurança alimentar e nutricional no mundo. Estima-se que nesse marco temporal haverão 840 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 9,8% da população mundial, e a pandemia pode incrementar entre 83 a 132 milhões de pessoas subalimentadas. Constatamos também que, as desigualdades de gênero no acesso aos alimentos aumentaram entre 2018 a 2019, especialmente no grupo de insegurança moderada ou grave.

Dados recém publicados pela pesquisa de Orçamentos Familiares pelo IBGE para os anos de 2017 e 2018 indicam um percentual de 37,7% da população brasileira com algum tipo de insegurança alimentar e 13,7% com insegurança alimentar grave. Um percentual de 35.1% em áreas urbanas e 46,5% em áreas rurais (IBGE:2019).

O direito humano à alimentação adequada está garantido para menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%). Do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões convive com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contam com alimentos suficientes para atender suas necessidades e 19 milhões convivem com a fome (VIGISAN, 2021).

A insegurança alimentar grave se concentra na região Norte (18,1%) e no Nordeste (13,8%), o que representa uma proporção de três e duas vezes maior de domicílios expostos à fome, respectivamente.

Os efeitos da insegurança alimentar e nutricional são claros na saúde da população: má alimentação, baixa qualidade dos alimentos e a transformação dos hábitos culinários da população brasileira que resultam da padronização da alimentação, introdução de produtos industrializados e da agricultura intensiva. Aumento da população com excesso de peso, a obesidade, e o aparecimento de doenças crônicas que atingem predominantemente as mulheres.

Também se enfrentam restrições de acesso ao saneamento e água potável, a pesquisa *olhe para a fome*, indica que a insegurança hídrica, medida pelo fornecimento irregular ou mesmo falta de água potável, atingiu 40,2% e 38,4% dos domicílios do Nordeste e Norte, respectivamente, percentuais quase três vezes superiores às proporções de inadequação de fornecimento de água das demais regiões do país.

Na agricultura aumenta a dependência de insumos externos. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE indicam por exemplo, que a comercialização de agrotóxicos mais que duplicou entre 2005 e 2014, passou de 3,2 quilos por hectare para 6,7 (IBGE, 2018), um resultado da falta de efetivação de ações de regulação do agronegócio e no caso particular do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA tende a se ampliar ainda mais com as derrotas legislativas impostas com o golpe no país, tal como a recente medida legislativa que desobriga a identificação de produtos transgênicos no comércio por parte da indústria alimentícia, esta por sua vez, promove a padronização de alimentos sem os nutrientes necessários para uma vida saudável, restringindo a capacidade de escolha de alimentos consumidos.

Uma outra dimensão também importante é a relação que esse modelo de agricultura e pecuária impôs entre humanos e animais. A relação humano-animal é multimilenária, seu nascimento confunde-se com os primórdios da civilização humana, marcadamente com o processo de domesticação dos animais, cujo efeito foi a submissão dos mesmos à vontade dos seres humanos, ao invés de circular livremente na medida em que deixaram de ser nômades, estabeleceram-se em locais fixos e passaram a dominar técnica de pecuária e agricultura, inclusive com o aparecimento das zoonoses. Nesse contexto histórico, a relação humano-animal ao longo da história da humanidade, altera-se em função do interesse que os últimos têm para os primeiros.

Acredita-se que em pequenas criações de diferentes espécies produtivas de carne, ovos, leite, pele, entre outros produtos, os animais recebem um tratamento diferenciado das fazendas industriais onde o animal é visto como uma unidade produtiva e até a década de 1960, recebia pouca ou nenhuma atenção no sentido da proposição de manejos mais amigáveis, menos estressantes e menos desafiantes. A partir da segunda metade da década de 1960, inicialmente na Inglaterra, com a criação do Comitê Brambell (1965), instituiu-se as cinco liberdades, que preveem que os animais de criação devem estar 1 livres de fome e sede, 2 livres de dor, doenças e lesões, 3 livres de medo e de stresse, 4 livres de desconforto e 5 livres para expressar seu comportamento natural. A partir disso, uma nova ciência foi criada para diagnosticar e propor soluções para a melhoria da qualidade de vida dos animais, promovendo o chamado bem-estar animal nas grandes criações. É necessário promover a troca dos saberes locais com a ciência do bem-estar animal, melhorando dessa forma a qualidade dos produtos de origem animal e a interação entre

humanos e não humanos para entrega de produtos obtidos com ética e respeito em todas as fases da vida animal.

Alternativas para superação do modelo hegemônico de agricultura estão sendo construídas a partir da agroecologia. Segundo Sevilla Guzmán y González de Molina (1993) a agroecologia é mais do que simplesmente tratar do manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência.

Conforme definição apresentada pelo Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food 2018), englobam práticas em direção da diversificação de fazendas e paisagens agrícolas, substituindo insumos químicos por materiais e processos de base ecológica, reduzindo o desperdício fechando os ciclos de materiais, reduzindo o uso de energia de combustíveis fósseis maximizando o acúmulo de biomassa e internalizando fluxos de energia, otimizando biodiversidade e estimular interações entre espécies diferentes, como parte de estratégias holísticas para construir fertilidade de longo prazo, agroecossistemas saudáveis e meios de subsistência seguros e justos, um esforço ancorado nas transformações permitidas em processos de transição agroecológica.

Ao classificar os níveis de mudança no sistema alimentar, Gliessman (2015), indica como no nível 1, verifica-se o aumento da eficiência das práticas industriais / convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos caros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente, no nível 2, são substituídos os insumos externos e ambientalmente degradantes por aqueles mais renováveis, baseados em produtos naturais e ambientalmente corretos e no nível 3 são realizadas mudanças no agroecossistema com base num conjunto de processos ecológicos incluindo ajustes no desenho e gerenciamento do local e do tempo para garantir a diversidade na estrutura e no manejo da propriedade. Esses três primeiros níveis descrevem formas de conversão da agricultura convencional em direção à agroecologia que podem ser realizadas nas propriedades. Os outros dois níveis adicionais (4 e 5) vão além da propriedade e se dirigem ao sistema alimentar mais amplo e às sociedades nas quais eles estão inseridos para garantir a soberania alimentar, a justiça e a equidade.

A agroecologia é a proposição de um sistema agroalimentar alternativo que afirma a opção pela vida e um projeto que se pretende anti sistêmico, incluindo aí as lutas contra o patriarcado. Na agroecologia afirma-se que as práticas agrícolas das mulheres, os seus conhecimentos e os seus saberes devem ser reconhecidos como parte integrante de um patrimônio imaterial, devido às atividades de preservação e de conservação da natureza que realizam como a troca e o armazenamento de sementes, a produção e o beneficiamento de alimentos, e de plantas medicinais. Indicam também como em processos de transição agroecológica elas demonstram maior adesão à conversão dos sistemas produtivos sustentáveis e exercem um papel importante no convencimento dos demais membros das unidades produtivas e da sua vizinhança para abandonar práticas que degradam a natureza, especialmente o solo e a água (SILIPRANDI, 2015).

No estado de Pernambuco há uma rede significativa da agricultura familiar que pratica a produção e comercialização agroecológica. Hoje 1 mil e 30 agricultores são cadastrados como produtores orgânicos e agroecológicos, há 121 espaços de comercialização agroecológica e Recife é a capital com maior número deste tipo de feiras do país segundo cadastro do Idec

2. JUSTIFICATIVA

Nesses tempos em que a desinformação e a negação da ciência crescem no Brasil, a prática da extensão universitária, tendo como pano de fundo o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), faz o contraponto e aproxima a universidade da sociedade, favorecendo a auto reflexão crítica, a emancipação teórica e o significado social do trabalho acadêmico.

Neste sentido, compreendendo a extensão universitária como um cenário flexível para a construção, articulação e atualização dos saberes, aceitamos que dela decorre o conhecimento da realidade e a formação de consciência crítica (UNESCO, 2013).

Apesar dos esforços da comunidade acadêmica e do compromisso do Brasil em cumprir até 2030 a agenda mundial dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável – ODS (NAÇÕES UNIDAS, 2015), o que vemos é um governo desatento às necessidades básicas da população, principalmente à saúde, à educação e `qualidade de vida do seu povo,

cenário este caracterizado marcadamente pelas desigualdades sociais, agravado pela ação calamitosa da pandemia do COVID19, que se iniciou em março de 2020.

As desigualdades sociais foram acentuadas durante a pandemia, os agricultores familiares e agroecológicos diminuíram sua renda por conta da dificuldade em comercializar sua produção, aumentando a insegurança alimentar e a fome. Contudo, deve-se destacar que as dificuldades de produção, renda, capacitação e assistência técnica, responsável pela pobreza da população rural, não é recente.

A promoção da Agroecologia, Agricultura Familiar e Soberania Alimentar está em sintonia com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e do plano de ação global contra a fome e a pobreza anunciado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cujo objetivo é acabar com a fome no mundo até 2020. Para atingir esse objetivo foi criada a Década da Agricultura Familiar.

O programa fundamenta-se em sete pilares que visam melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar da agricultura familiar. Além disso, pretende incentivar a sustentabilidade, a multifuncionalidade e a capacidade de mitigar as mudanças climáticas (FORTINI, 2020)

A extensão universitária assume papel importante no fortalecimento das políticas públicas para agricultura familiar, agroecologia e soberania alimentar. A promoção do desenvolvimento rural acompanha a história da UFRPE, desde a sua criação atuando com centralidade nas chamadas ciências da terra, e foi ampliando as conexões dessa área de atuação com outros campos de conhecimento científico e incidindo direta ou indiretamente na realidade social, com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas a regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e comunidades menos favorecidas (PDI, 2018)

Em levantamento das atividades de ensino, observa-se que a UFRPE tem mais de uma dezena de cursos de graduação que abordam a agroecologia, a agricultura familiar e a soberania alimentar. Também em nossa Instituição, há destacada atuação nestas temáticas na extensão universitária. Em sintonia com a Política Nacional de Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFRPE, promove o desenvolvimento rural sustentável, com ações de redução da pobreza e da fome e a agroecologia.

Ações realizadas para apoiar o desenvolvimento da prática de compostagem, técnicas hidropônicas e recuperação de áreas degradadas, treinamento de pessoal e assessoria, bem como a divulgação de feiras agroecológicas e estímulo à utilização de marketing nas feiras de agricultura familiar, são apenas alguns dos exemplos que podem ser elencados. Apenas em 2020, foram registradas 363 ações beneficiando 437.945 pessoas em todo o estado de Pernambuco, com o incentivo financeiro no desenvolvimento de projetos Bext Covid-19 25 ações e 145.042 beneficiários e Bext Segurança Alimentar foram 12 ações e 3.950 benefícios (Relatório de gestão PROEXC, 2020), reiterando a importância dessas temáticas.

No campo da agroecologia a UFRPE ganha destaque na formação acadêmica em agroecologia. Temos o primeiro curso de pós-graduação em nível de doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – o PPGADT, além do curso de graduação na área e destacada presença na pesquisa e extensão universitária na área em parceria com ONG e movimentos sociais.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	TEMAS PRIORITÁRIOS
	(Sub-temáticas complementares e interdependentes consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento dos Programas Estratégicos e outras ações pela PROExC)

Apoiar processos de transição agroecológica em territórios urbanos e rurais promovendo a transformação da divisão sexual do trabalho, valorizando a produção para o autoconsumo e a comercialização da produção de alimentos protagonizados pelas mulheres	Apoiar a produção nos quintais produtivos com as seguintes ações: Sistematizar experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres Ofertar Assessoria técnica voltada para o beneficiamento e comercialização dos alimentos, condimentos, plantas medicinais e ornamentais, e dos pequenos animais Promover iniciativas de socialização do trabalho doméstico e de cuidados
Promover a Segurança alimentar e Nutricional no Estado de Pernambuco para ampliar o abastecimento de alimentos, a alimentação saudável e o beneficiamento de alimentos	Promover ações de formação sobre soberania e segurança alimentar e nutricional Estimular a implantação de bancos de alimentos e farmácias vivas Promover o consumo consciente Estimular a criação de restaurantes ecológicos e fortalecer as ações de educação alimentar e nutricional em escolas da rede pública e privada de ensino

Promover a inserção de tecnologias sociais, aliadas ao desenvolvimento sustentável, visando o fortalecimento das pequenas comunidades rurais como a utilização de energias renováveis.	Adaptar ações e tecnologias para a agricultura familiar visando o aumento da produtividade, de forma sustentável. · Reaproveitamento de água Utilização de energias renováveis de pequena escala Estimular o uso de tecnologias/sistemas de produção com baixo/menor impacto ambiental Apoiar construções rurais sustentáveis de baixo custo Estimular ações para reduzir o uso e a venda de agrotóxicos
Permitir maior interação entre comunidade e academia permitindo troca de saberes sobre agricultura sustentável.	· Resgatar e Sistematizar conhecimentos populares construídos a partir da produção agroecológica · Promover o diálogo de saberes a partir de metodologias participativas nas ações de extensão universitária

Promover a agrobiodiversidade e as práticas agroecológicas na produção e o consumo de alimentos na agricultura familiar e em centros urbanos ribeirinhos e comunidades pesqueiras	Promover técnicas de conservação de produtos no pós colheita. · Manejo da irrigação e drenagem do solo. · Avaliação e monitoramento da qualidade do solo agrícolas. Promover o bem-estar na criação animal Ética na alimentação Realizar diagnóstico das características e das práticas realizadas nas propriedades agroecológicas e da agricultura familiar, avaliação de custos de produção nas propriedades rurais, visando promover e disseminar essas práticas tradicionais valorizando o processo produtivo dessas comunidades. Estimular o resgate de sementes crioulas com apoio a bancos comunitários de sementes
Estimular a adoção da economia solidária na agroecologia	Apoiar a economia solidária na produção e comercialização da agroecologia
Promover a valorização dos alimentos agroecológicos regionais produzidos pela agricultura familiar e comunidades tradicionais, ribeirinhos e comunidades pesqueiras	Resgatar alimentos presentes nas dietas de povos e comunidades tradicionais Estimular a criação de selos de origem

Desenvolver programa de valorização da sociobiodiversidade voltados para agricultura familiar, agroecologia e soberania alimentar nas regiões semiáridas pernambucanas	Estimular o extrativismo sustentável e o beneficiamento de alimentos provenientes da caatinga Resgatar saberes e práticas de medicina popular das plantas oriundas do semiárido
---	---

3. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais,1997, p. 29 (Texto para discussão)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 out 1988. Disponível em: Acesso em: 03/06/2021.

CENSO AGROPECUÁRIO, 2017. Resultados definitivos./ IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 03/06/2021.

FORTINI, R. M. Um novo retrato da agricultura familiar do semiárido nordestino brasileiro [recurso eletrônico] : a partir dos dados do censo agropecuário 2017, Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2020. Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/wp-content/uploads/2020/09/Um-novo-retrato-da-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em : 03 /06/ 2021.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: the ecology of sustainable food systems. CRC Press, 2015.

GOMES JÚNIOR, N N. *Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas*. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

IBGE-Pesquisa Nacional de Saúde. Instituto de Geografia e Estatísticas 2013 disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/. Acesso em: 16/10/2016.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009. Suplemento de Segurança Alimentar 2004/2009 Brasil, Nordeste e Pernambuco. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/default3017.t.shtm. Acesso em: 16/10/2016.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009 e 2002-2003. Aquisição Alimentar Domiciliar per Capita: Brasil e Grandes Regiões. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.s3022 Acesso em 16/10/2016.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em : 03/06/2021.

SALLES-COSTA, R., FERREIRA, A. A; MATTOS, R. et al. (2020). Food Insecurity Increases in Brazil from 2004 to 2018: Analysis of national surveys. medRxiv BMJ Yale. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.10.22.20217224v1>. Acesso em: 01/03/2021.

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 03/06/2021.

NAÇÕES UNIDAS, 2015 Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 03/06/2021.

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2020). Versão revista e atualizada. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2017. Disponível em: http://www.ead.ufrpe.br/sites/www.ead.ufrpe.br/files/Cursos-Info/LF/PDI%20UFRPE%202013-2020_v2.pdf,. Acesso em: 09/12/2020.

Relatório gestão 2020 PROExC. Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/content/presta%C3%A7%C3%A3o-de-contas-0>. Acesso em: 03/06/2021.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VALENTE, F.L.S. *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas*. 1ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2002. 272 pg

VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 09/12/2020.